

## 1º de Maio contra o desemprego



A Central Única dos Trabalhadores (CUT) está organizando a Marcha pelo Emprego e Direitos Sociais que partirá no próximo 1º de maio de vários Estados rumo à capital federal. A caravana chegará à Brasília no dia 17 de maio e nos dias 17, 18 e 19 os trabalhadores estarão acampados na capital

para, no dia 20, realizar um grande ato contra o desemprego.

Ainda nas comemorações do Dia do Trabalhador, a CSC convoca todos a participarem dos atos unificados em suas cidades, sob o lema "Menos 4 horas de trabalho e mais 4 milhões de emprego".

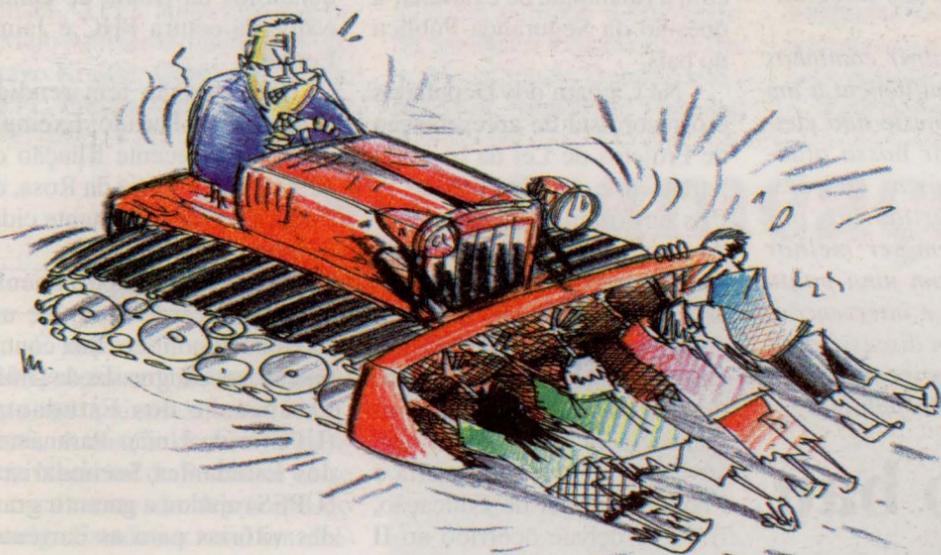
## A Classe Operária



R\$ 1,00

Orgão Central do Partido Comunista do Brasil

# Derrotar FHC para melhorar a vida no campo



O governo Fernando Henrique privilegia a agricultura de exportação e trata a agricultura familiar como uma "política compensatória". Não realiza a reforma agrária e trata a luta dos sem-terra como um caso de polícia. Investe contra os direitos trabalhistas dos assalariados rurais e favorece os latifundiários com a impunidade e juros baixos.

Os trabalhadores do campo resistem. Realizam ocupações de terras e de órgãos públicos. Multiplicam as manifestações pela reforma agrária e contra a impunidade dos assassinos de trabalhadores rurais, como as que ocorrerão no próximo dia 17. E avançam nas suas organizações, como a realização do 7º Congresso da Contag.

Páginas 4 e 5

## Rechaçar o golpe da "mini-Constituinte"

Nos últimos dias, o governo de FHC anunciou, através de declarações de ministros, governadores de Estados e líderes partidários, seu engajamento pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que estabelece a transformação do futuro Congresso Nacional a ser eleito em outubro próximo em Assembléia Nacional Revisora, apelidada de "mini-Constituinte" ou "Constituinte restrita".

Segundo a PEC, em fase adiantada de tramitação no Legislativo, as emendas constitucionais relativas às reformas tributária e política serão aprovadas em sessões unicamerais e por apenas metade mais um dos congressistas, alterando o critério atual que estabelece votações separadas nas duas casas do Congresso e o quórum qualificado de três quintos. Lamentavelmente, a iniciativa da referida PEC partiu de um deputado do PDT, partido que integra no Congresso a Frente de Oposição.

A chamada mini-Constituinte é um golpe de misericórdia na atual Constituição, na medida em que derruba o mecanismo de defesa criado pela Assembléia Nacional Constituinte em 1988 (o quórum qualificado de três quintos), com a finalidade de impedir que a Carta Magna fosse alterada no varejo e sem a manifestação de expressiva representatividade ou da vontade popular. Sob nenhum pretexto se justifica a transformação do Congresso Nacional ordinário em mini-Constituinte.

Historicamente, constituintes são convocadas apenas quando ocorrem ruptu-

ras de ordem institucional, o que não é o caso, presentemente, e atendem ao propósito de ordenar juridicamente o país de acordo com os interesses nacionais duradouros. Nas atuais condições, a mini-Constituinte não passa de expediente pragmático que se coaduna com os intentos golpistas do governo e da maioria conservadora no Congresso Nacional de emendar a Constituição através de mecanismos ilegítimos e sumários.

O Partido Comunista do Brasil considera a aprovação de semelhante emenda constitucional mais um golpe antidemocrático, que se inscreve no conjunto de medidas do governo FHC visando assegurar por meio do autoritarismo institucionalizado a continuidade de sua política neoliberal de caráter antinacional e antipopular. No momento em que a situação do país conhece um agravamento sem precedentes, com a deterioração das condições de vida do povo, é necessário denunciar com veemência os ataques à democracia e as manobras continuístas do governo FHC. Os partidos oposicionistas não se podem permitir equívocos. Empenhados na criação da frente única democrática e na abertura de novos rumos para o país, devem atuar unidos no Congresso Nacional rechaçando o golpe da mini-Constituinte. E, lado a lado com as organizações do movimento social, elevar sua vigilância e mobilização cívica em face do perigoso curso antidemocrático da vida política nacional.

São Paulo, 13 de abril de 1998.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil



## Voto aos 16: primeiro voto contra FHC

O voto aos 16 anos é uma vitória histórica da juventude brasileira, e uma conquista da União da Juventude Socialista (UJS) durante a Constituinte. No entanto, desde 1989 vem decaindo o percentual de jovens de 16 e 17 anos que se alistam para votar. Para reverter essa situação e estimular os jovens a votar, a UNE e a Ubes, em ação conjunta com o ministro Ilmar Galvão, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE -, estão lançando uma campanha para conscientizar os jovens acerca da importância de participar da política e do processo eleitoral. Nos Estados as entidades estudantis estão procurando o respectivo Tribunal Regional Eleitoral - TRE - para fazer o mesmo.

O prazo máximo para o jovem tirar o título é o dia 6 de maio. Até essa data artistas, jovens e lideranças estudantis, através da TV e do rádio, darão o recado da UNE, da Ubes e do Tribunal Superior Eleitoral - TSE - para a

"galera". Além da campanha publicitária, estão sendo discutidos a montagem de postos móveis de alistamento e o oferecimento de transporte gratuito para os postos oficiais.

A UJS também prepara para as duas últimas semanas (22 de abril a 6 de maio) uma campanha própria, no estilo da já tradicional "Se liga 16". A campanha da UJS será feita principalmente pelo contato direto com os jovens nas escolas e faculdades, denunciando FHC e o neoliberalismo, mostrando à juventude que o direito ao emprego só pode ser conquistado na prática com um novo governo, com um projeto nacional de desenvolvimento, com outro rumo para o Brasil. "O objetivo é estimular o alistamento e o voto na oposição, em Lula e nos demais candidatos majoritários e proporcionais que vamos apoiar", declarou Orlando Silva, da UJS, para a Comissão Nacional da UJS.

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



## EDITORIAL

## Campanha eleitoral e crescimento partidário

O PCdoB tem como uma de suas metas neste ano eleitoral crescer em 15 mil o número de militantes. Para alcançar esse objetivo, devemos desenvolver um amplo trabalho de filiação, aliado à atividade de campanha pela eleição de nossos parlamentares e candidatos majoritários. Conjugando os aspectos formais, de prazos dos tribunais eleitorais, com os aspectos políticos, de mobilização e elevação da vida partidária.

A construção partidária é mais ampla que seu aspecto organizativo. Ela envolve a construção política e teórica, a formação dos quadros, o trabalho ideológico, os métodos de atuação. A definição organizativa depende do momento, do estado político e ideológico, visando o contato mais próximo com o povo.

Atualmente estamos desenvolvendo um esforço de conhecer melhor o Partido. Consta-

tamos que, dos cerca de 6 mil dirigentes partidários espalhados pelo país. Verificamos, igualmente, que 61% dos 6 mil militantes têm poucos anos de filiação ao Partido. Estamos apurando quantas são as organizações de base existentes, de que tipo são e qual o perfil de seus integrantes.

Não é possível um trabalho organizado, científico, com base na intuição. É necessário o domínio da realidade partidária, para podermos atuar com método. Temos que intervir e direcionar a atividade partidária. É neste conjunto de preocupações que estamos estudando a reformulação da imprensa partidária. A propagação das idéias do Partido deve ser criativa, com a divulgação dos documentos e publicações comunistas e de seus candidatos e a formação ideológica de militantes e dirigentes. No conjunto desses desafios, a contribuição finan-

ceira permanente deve ser uma preocupação central, com campanhas internas de arrecadação e convencimento político da necessidade de estar em dia com as mensalidades partidárias.

Elaboramos também uma nova ficha de filiação, mais minuciosa nas informações sobre o militante, sua atuação e seus anseios. Assim poderemos acompanhar o desenvolvimento da realidade partidária, e apreender qual é a tendência objetiva dos integrantes do Partido.

Temos que abrir caminhos para elevar a militância a um novo patamar, neste ano eleitoral, e ampliar nossa atuação mesmo após as eleições. As reuniões partidárias, por exemplo, devem ser melhor preparadas, com uma pauta bem elaborada e intervenções que possibilitem discussões ricas, que incentivem a ação militante na vida política.

## PARLAMENTARES COMUNISTAS PRESTAM CONTAS

## Ricardo Gomyde, o deputado da juventude paranaense

Jorge Panzera\*

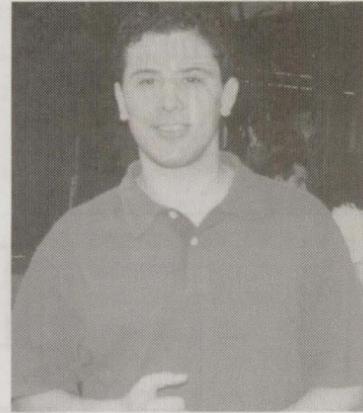
Em 1994, o PCdoB do Paraná elegeu Ricardo Gomyde deputado federal com a maior votação alcançada pela esquerda paranaense (35.349 votos). Hoje Ricardo é membro titular da Comissão de Educação, Cultura e Desporto - onde tem 100% de presença nas reuniões ordinárias - e suplente da Comissão de Direitos Humanos, além de participar da Comissão Especial que analisa a PEC 370-A (sobre a Autonomia Universitária) e da Comissão Especial com a finalidade de examinar a questão da Segurança Pública no país.

Na Câmara dos Deputados é o recordista de apresentação de Projetos de Lei da bancada paranaense. Atualmente são 17 PLs em tramitação, destacando-se o que dispõe sobre a jornada de trabalho de 6 horas diárias para o estudante trabalhador e o que institui incentivos a empresas que criem programas de primeiro emprego para jovens de 18 à 24 anos. Também se destaca o projeto que cria o Fundo Nacional de Educação, fruto de debate ocorrido no II Congresso Nacional de Educação.

Além dos PLs apresentados, Gomyde relatou 11 Projetos de Lei de autoria de outros parlamentares. Apresentou vários requerimentos de Sessões Solenes, dentre as quais, a que comemorou os 60 anos da União Nacional dos Estudantes e lançou a Campanha "Sou da Paz" das entidades estudantis e, nos primeiros meses de 98, quatro requerimentos de Informação e dois requerimentos de realização de Audiência Pública na Comissão de Educação.

No período de março/97 à março/98, Gomyde assumiu a vice-presidência da Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Este cargo foi utilizado como uma trincheira dos estudantes, professores e dos que defendem um ensino público de qualidade.

No Paraná, Gomyde tem se consolidado como o parlamentar da esquerda. Nas eleições de 96 participou da chapa da esquerda em Curitiba como candidato a vice prefeito, chapa que teve a maior votação da história da esquerda na capital paranaense. Na campanha contra a privatização da Vale do Rio Doce, Gomyde esteve à frente, junto com entidades e personalidades paranaenses, do movimento Reage Paraná. No pro-



Gomyde: defesa dos estudantes

cesso das eleições deste ano, tem sido um dos principais articuladores da frente de centro esquerda contra FHC e Jaime Lerner.

Esta atuação tem rendido frutos para o Partido. Exemplo disso foi a recente filiação da vereadora Ortência da Rosa, de Ponta Grossa, importante cidade operária do Estado.

A juventude paranaense tem em Ricardo Gomyde um referencial político. Sua contribuição nos congressos da União Paranaense dos Estudantes (UPE) e da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES) ajudou a garantir grandes vitórias para as correntes democráticas. Recentemente esteve à frente, em conjunto com as entidades estudantis, da luta vitoriosa contra os cortes de verbas para o Programa Especial de Treinamento a alunos de graduação das Universidades Públicas.

No dia 28 de março foi realizado um Seminário do Mandato, com a presença de 150 lideranças de 20 municípios de todas as regiões do Estado.

O Seminário planejou coletivamente a atuação do mandato em 98 e definiu as principais diretrizes de um plano para a campanha eleitoral deste ano.

Fruto deste planejamento, foi lançada no dia 30 de março a "dobradinha" da esquerda curitibana para a eleição de 98, com o deputado estadual petista Angelo Vanhoni, candidato a prefeito de Curitiba em 96 na chapa em que Gomyde foi vice.

O Congresso Estadual da UJS do Paraná, realizado no dia 10 de abril, com a presença de 250 jovens, elegeu Gomyde presidente estadual da organização e definiu como uma das prioridades de sua atuação neste ano a reeleição de Ricardo Gomyde a deputado federal.

\*Coordenador do Escritório do deputado Gomyde no Paraná e membro da Comissão Política do Comitê Estadual do PCdoB

## Crimes da ditadura saem do baú

O jornal *O Globo* publicou, no início de abril, uma série de artigos trazendo revelações sobre crimes cometidos durante a ditadura militar. O jornal teve acesso a um baú de documentos do general Antônio Bandeira, de 82 anos - comandante das tropas do Exército na 1ª e na 2ª campanhas do Araguaia e comandante do III Exército na época da ditadura.

Escreve o jornal: "Empoeirado, o baú prateado jazia perto de uma estante cheia de fotos e condecorações. Quando o velho caído se abriu, revelou-se ao *Globo* um verdadeiro tesouro histórico: um volume de cem páginas, intitulado 'Capítulo 5/ Neutralização de aparelhos (Operação em Áreas Urbanas)', uma espécie de cartilha amplamente utilizada pelos agentes do DOI-Codi e pela Operação Bandeirantes e cujo conteúdo prova, através dos exemplos didáticos das capturas, que o dirigente do PCdoB Carlos Danieli e o líder da Ação Libertadora Nacional (ALN), Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, não morreram em combate, como sustentam até hoje os militares."

Os documentos também revelavam a existência de múltiplos focos de guerrilha na região de Imperatriz (MA), criados por organizações sem ligação com o PCdoB, e uma operação jamais revelada, a Mesopotâmia que poria fim a esses focos um ano antes da deflagração da Guerrilha do Araguaia, em 1972.

O general Bandeira afirmou que seus relatórios são pessoais: "Os documentos oficiais, entre eles os depoimentos dos pre-



Mauricio Grabois

sol políticos, estão em Brasília."

Márcia Bandeira, filha do general e que disponibilizou os arquivos para *O Globo* fez somente uma exigência para que o material fosse publicado: "Quero que a carta do Maurício Grabois seja publicada."

A carta era um relato do dirigente do PCdoB ao Comitê Central sobre a guerrilha do Araguaia, e foi encontrada com Carlos Danieli, no momento de sua prisão. Só agora, com sua publicação, o Partido teve acesso ao documento.

"Os dirigentes do PCdoB, Carlos Danieli, e da Ação Libertadora Nacional (ALN), Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, não morreram em combate. A versão de que morreram ao apresentar resistência à prisão, sustentada até hoje pelos militares, vai por água abaixo nas páginas 176 e 204 da cartilha 'Capítulo 5/ Neutralização de aparelhos (Operação em Áreas Urbanas)', em que é evidenciado que os dois foram capturados com vida pelos agentes do DOI-Codi", escreve *O Globo*.

As informações divulgadas pelo jornal são importantes para que os brasileiros conheçam

melhor a história da resistência popular à ditadura dos generais, e os crimes cometidos pelos militares para silenciar a oposição. *O Globo*, contudo, divulgou também inverdades. Uma delas diz respeito a uma suposta "comemoração" da vitória da guerrilha do Araguaia, que o PCdoB teria realizado na Albânia, em novembro de 1974. Essa comemoração não existiu. Desde fins de 1973 o Partido já vinha analisando os reveses que vinham ocorrendo no Sul do Pará.

Quanto à carta de Grabois, a filha do general a considerou "uma carta fria, em que ele parece não se sensibilizar com a morte dos companheiros." Na verdade, a carta, a última de Grabois, é um relato objetivo dos acontecimentos para avaliação pelo Comitê Central - que só agora tomou conhecimento de seu teor. Grabois era um homem sensível com os sofrimentos de seu povo, e por isso estava no Araguaia, empunhando armas contra os tiranos que assaltaram o poder no Brasil. Há informações de que o dirigente comunista tinha um diário sobre a guerrilha, mas esse documento também nunca chegou ao Partido.

O que fica evidente é a necessidade dos arquivos sobre o enfrentamento à ditadura militar serem definitivamente colocados à disposição dos brasileiros.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.613 - SP) e Carlos Pompe (Mtb 249.01/128/AL) Estagiária: Gabriela Mendonça

Editoração Eletrônica: Marco Black - Administração: Francirose de Andrade Matarazzo.

Publicação quinzenal do Centro de Documentação e Memória Fundação Mauricio Grabois

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP

CEP 01318-020 - Fone: (11) 609-4011 - Fax: (11) 606-9411

PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br>, E-mail: [classeop@ruralsp.com.br](mailto:classeop@ruralsp.com.br)

# Negociata escandalosa

Fernando Henrique Cardoso realizou sua reforma ministerial, no início de abril. Não foi propriamente uma reforma, mas um loteamento do ministério. Nada foi feito visando os interesses do país ou o atendimento às necessidades da nação. O objetivo supremo é consolidar a unidade da direita em torno da reeleição.

O PFL indicou o senador baiano Waldeck Ornelas, de mandato ainda contestado na Justiça Eleitoral, para o Ministério da Previdência. Ornelas é um dos políticos mais elogiados e queridos do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães. O PFL ainda manteve no Meio Ambiente o ministro Gustavo Krause. Outro senador do PFL, Freitas Netto, foi contem-

plado com um ministério feito sob medida, o da Reforma Institucional, que não esconde o caráter de arranjo, de partilha do poder, já que o próprio senador confessou: "Sendo este ano um ano atípico, é realmente difícil aprovar reformas" ...

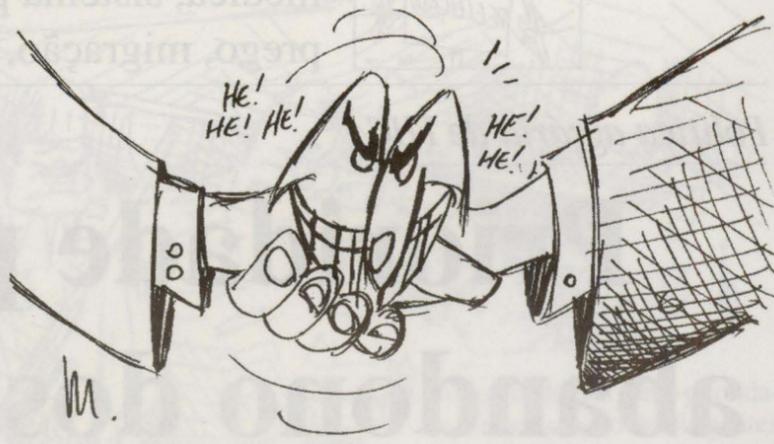
Paulo Paiva, do PTB, trocou o Ministério do Trabalho pelo Ministério do Planejamento. O novo ministro do Trabalho, Edward Amadeo, foi apresentado como um "técnico especialista em desemprego". E surpreendeu a nação ao afirmar que não há crise de emprego no país. Amadeo foi nomeado após o PTB ter recusado o ministério. Os petebistas lembraram-se que no Ministério do Trabalho tem o Fundo de Amparo ao Trabalha-

dor (FAT), que tem R\$ 7 bilhões por ano para financiamentos, mas acharam que ele não compensava a perda do Ministério da Agricultura, e consideram que Paulo Paiva é uma indicação pessoal de Fernando Henrique, e não um homem do partido.

O Ministério da Agricultura foi para Francisco Turra, do PPB de Paulo Maluf. Turra afirmou que vai convocar seus colegas de partido para "assessorar" o ministério.

Para a Saúde foi nomeado o senador tucano José Serra (SP), que assumiu garantindo que não iria ferir interesses políticos já assentados no seu ministério, mas que estava pensando em criar um novo imposto para a sua pasta.

Para o Ministério da Justiça



foi o senador Renan Calheiros, do PMDB governista. Comentando-se que, com ele no Ministério, fica facilitada a eleição de Teotônio Vilela Filho para o governo de Alagoas.

O deputado Francisco Dornelles (PPB-RJ), que teve que

sair do ministério para ser candidato, passou o cargo de ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo ao embaixador José Botafogo Gonçalves. E está feito o arranjo com o qual Fernando Henrique pretende garantir a própria reeleição.

## Nova ameaça à Petrobrás

Haroldo Lima\*

É necessário ter-se uma idéia atualizada sobre as ameaças que pairam sobre a Petrobrás. A criação da ANP (Agência Nacional do Petróleo) dá-se no contexto do desmonte do antigo Estado nacional brasileiro e da construção de novo Estado neoliberal no país. Órgãos de fomento do desenvolvimento, de incentivo à pesquisa e tecnologia e ministérios-fins (Minas e Energia, Indústria e Comércio, Telecomunicações) foram extintos. Em seus lugares foram implantadas as "agências". A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) apareceu em novembro de 1997. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) surgiu em dezembro do mesmo ano. E a ANP foi instalada em janeiro de 1998.

Os antigos ministérios e todos seus órgãos podiam ser interpelados pelo Congresso e a ele deviam explicações. Os novos centros do poder – as agências – serão "independentes". Não estão hierarquicamente subordinadas nem aos ministros sobreviventes nem mesmo ao



Haroldo Lima: defesa da Petrobras

presidente da República. Seus diretores têm mandato e não devem explicações ao Poder Legislativo. A estrutura das agências é inacessível aos poderes constituídos direta ou indiretamente pelo povo. São independentes do povo e de sua representação.

A ANP surgiu sob direção de David Zylbersztajn. O genro de FHC não perde oportunidade para fustigar, depreciar e ameaçar a Petrobrás. Seu comportamento é visto pela imprensa

como de sistemática pressão sobre a estatal.

A ANP pretende atingir imediatamente a Petrobrás de duas formas: ameaçando licitar, para exploração de petróleo, áreas onde a Petrobrás já descobriu o óleo, e prometendo rever as mais de 100 parceiras que a empresa está fazendo com grupos privados. A ANP procura inviabilizar a presença da Petrobrás no campo de Roncador, na bacia de Campos. O campo de Roncador é o maior já desco-

berto no Brasil. Tem reserva estimada em 3 bilhões de barris de óleo, enquanto o campo de Marlim, o maior do Brasil até então, tem cerca de 2 bilhões. Diferentemente do óleo extraído em Marlim, o óleo de Roncador é de excelente qualidade, próprio para a produção de derivados nobres. Levando em conta o preço internacional de US\$ 16.59 por barril, o campo de Roncador vale cerca de US\$ 50 bilhões, aproximadamente 15 vezes o valor recebido pelo governo na venda da Vale do Rio Doce.

A localização do Roncador só foi possível graças à tecnologia desenvolvida pela Petrobrás. O Roncador foi localizado embaixo de uma lâmina d'água de 2 mil metros, considerada "águas profundíssimas", já tendo a Petrobrás gasto US\$ 30 milhões para perfurar dois poços no campo, que entretanto ainda não estão em produção.

### Favorecimento às multinacionais

A ANP apega-se à letra da lei da quebra do monopólio estatal do petróleo e insiste que a Petrobrás deve demonstrar a possibilidade de iniciar sua produção em 3 anos. Diz ser um "problema técnico e da Petrobrás" o fato de não existirem no mundo equipamentos prontos para tal empreendimento e que os mesmos demandariam cerca de 3 anos para serem fabricados.

A ANP elege como critério decisivo para a licitação do campo do Roncador o das "condições financeiras para explorá-lo". A ANP insiste em dizer que, para a exploração do Roncador, não há diferença entre a Petrobrás e uma empresa estrangeira. A rigor, é o fato de ser uma estatal brasileira que está levando a Petrobrás, torpemente discriminada e ameaçada em seus interesses.

Duas providências a ANP promove. Em primeiro lugar, providencia a alteração completa do Conselho de Administração da Petrobrás, a pretexto de adequá-lo à Lei das Sociedades Anônimas. Seis membros do Conselho, incluindo seu presidente, José Rennó, serão afastados. Seus lugares serão ocupados por seis funcionários de ministérios ou órgãos que mantêm relações com a empresa, podendo ser o Conselho dirigido por um secretário de algum ministério. Será este conselho inferiorizado que indicará a próxima diretoria da empresa, naturalmente com pessoas ligadas aos novos interesses predominantes. O conselho, em seguida, "negociará" com a ANP a revisão das mais de 100 parcerias da Petrobrás e finalmente acertará com a agência que áreas de pesquisa, exploração e produção ficarão com a Petrobrás e quais serão licitadas.

Em segundo lugar, a ANP prepara a venda de 31,72% do capital ordinário (votante) da Petrobrás. Este capital é o que excede os 51% mínimos que o Estado detém, por força de lei, na companhia. Os eventuais compradores – as multinacionais – já especulam sobre uma alteração na Lei 9.478 (a que "flexibilizou" o monopólio de petróleo) de tal maneira que as ações já sejam vendidas com o prévio acordo da "gestão compartilhada" da Petrobrás entre a União e quem comprar o bloco de ações. Como se vê, o capital estrangeiro, mancomunado com as forças entreguistas mais deslavadas do país, preparam bote, talvez decisivo, sobre a Petrobrás. Cumpre às forças nacionais e democráticas do país colocarem-se em alerta, denunciarem as tramóias golpistas e traidoras e defenderem a Petrobrás.

## UJS faz congressos estaduais do Oiapoque ao Chuí

Acontece de 18 a 20 de abril o 9º Congresso Nacional da União da Juventude Socialista (UJS) no Tuca, em São Paulo. Estão sendo esperados mais de 500 jovens socialistas, entre delegados e convidados. No dia 20, a UJS realiza um ato político por emprego para a juventude e de oposição ao governo FHC, com a participação de lideranças oposicionistas e de entidades do movimento popular.

A UJS realizou congressos estaduais em mais de 20 Estados. Foram mobilizados mais de 8 mil filiados nas assembleias de núcleos, plenárias, congressos municipais e estaduais para discutir as propostas do caderno

"Socialismo com a nossa cara", eleger as novas direções e os delegados ao 9º Congresso Nacional. De acordo com Ricardo Abreu (Alemão), presidente nacional da UJS, o caderno "Socialismo com a nossa cara" recebeu várias sugestões e emendas, e foi bastante elogiado pelos filiados que participaram do debate.

Pela primeira vez desde a sua fundação, em 1984, a UJS realiza um Congresso Nacional com delegados eleitos nos congressos estaduais. Essa novidade permitiu a maior participação dos filiados no debate das propostas a serem aprovadas na etapa nacional e ainda impulsio-

onou bastante a organização da UJS nos Estados e em vários municípios, escolas, universidades e bairros. Várias direções novas foram eleitas e novas direções estaduais formadas.

Os congressos estaduais aprovaram que a UJS deve criar um movimento próprio da juventude na campanha eleitoral, participar ativamente das eleições combatendo a candidatura de FHC e de seus aliados e lutar para ampliar as bancadas populares no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas. Discutiram também as formas de desenvolver a campanha por emprego para os jovens.



Não é possível melhoria na vida dos que trabalham com a terra sem reforma agrária, alfabetização, qualificação profissional, assistência médica, sistema previdenciário etc. A política de FHC gera desemprego, migração, perda de direitos trabalhistas

*Política agrária de FHC*

# Prioridade para a exportação e abandono dos trabalhadores rurais

Carlos Pompe

O governo Fernando Henrique agravou ainda mais as condições de trabalho e vida no campo. O novo ministro da Agricultura, Francisco Sérgio Turra, empossado dia 7, acredita que a promessa de campanha de FHC, de alcançar produção de 100 milhões de toneladas de grãos só poderá ser concretizada no ano 2000, após o seu mandato atual. O Ministério da Agricultura é moeda na troca da construção da unanimidade da direita em torno de Fernando Henrique: o atual ministro foi indicado por Paulo Maluf, e integra seu PPB. O ministro Turra afirmou, ao assumir o cargo: "Vou pedir ao meu partido para montar uma equipe de assessoramento ao Ministério"...

## Importações prejudiciais

Com o Mercosul, a entrada de produtos agrícolas dos países integrantes desestruturou vários setores, com destaque para o leite, alho, cebola, algodão. Vários destes produtos são característicos da agricultura familiar. A agricultura também foi prejudicada pela abertura comercial. O Brasil passou de importações anuais de alimentos da ordem de 1 bilhão de dólares na década de 80 para 6 bilhões em 1996.

Baixos preços dos produtos agrícolas, sem subsídios para os produtos da cesta-básica, conjugados com os aumentos constantes dos insumos e as altas taxas de juros, levaram a uma diminuição da renda agrícola da ordem de 10 bilhões de reais, na safra 95/96. Foram reduzidos 832 mil empregos no campo. No início da década de 80, o Brasil importava cerca de R\$ 1 bilhão/ano para assegurar a demanda interna de alimentos. Em 90 este valor era de R\$ 2 bilhões e em 96 alcançou R\$ 6 bilhões. Nos últimos dois anos, 400 mil famílias foram excluídas do campo. Durante o Plano Real, a área plantada foi reduzida em 4,1 milhões de hectares.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Prontaf) está sendo influenciado pela política neoliberal do governo, e o volume de recursos é baixo e concentrado

no custeio. A agricultura familiar é alvo de políticas sociais compensatórias, e não de políticas econômicas. O pacote agrícola de junho de 1997 concede juros diminuídos nas mesmas proporções para os latifundiários e a produção familiar. A agricultura voltada à exportação é a principal beneficiária da política agrícola.

## Exploração assalariada

Dos 5 milhões de assalariados do campo, somente 27,3% têm carteira profissional assinada, e os salários são os mais baixos do país. Através da terceirização e da utilização de "cooperativas de mão de obra", os patrões desobrigam-se dos direitos trabalhistas. O desemprego avança. Segundo o secretário de Planejamento de Pernambuco, João Recena, 30 mil postos de trabalho, um quinto do total, foram cortados desde 95 no setor canavieiro do Estado. "Há dez anos, Pernambuco ti-



Luta pela reforma agrária tem o apoio das cidades

na 40 usinas produzindo e a perspectiva é de que na próxima safra (setembro a fevereiro) no máximo 15 vão estar funcionando", afirmou Recena.

A situação no campo é dramática sob qualquer aspecto. Em 1990, o PNAD/IBGE constatou que 38% da população rural com mais de 7 anos era analfabeta. Essa situação não

melhorou de lá para cá. Ao mesmo tempo, a pretexto de "sanear a previdência", nos últimos 3 anos mais de 1 milhão de aposentadorias rurais foram vetadas pelo governo.

## Respostas pontuais

Não existe um projeto de reforma agrária do governo,

apenas respostas pontuais às ações dos trabalhadores. As ocupações de terras são a forma de luta mais eficiente para a conquista de terra. Em 1996 foram organizadas mais de 260 ocupações, envolvendo cerca de 50 mil famílias. No primeiro semestre deste ano já foram organizadas mais de 50 ocupações, com cerca de 8 mil famílias. Também são realizadas ocupações de prédios públicos e diversas outras formas de pressão. As manifestações de 25 de julho de 96, envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), o movimento popular e partidos oposicionistas foram um ponto alto da luta pela reforma agrária. Ações destacadas foram também o Grito da Terra Brasil e Dia do Trabalhador Rural. Essas mobilizações alertaram a opinião pública: pesquisa Ibopecni demonstrou que 85% da sociedade apóia as ocupações de terra.

## Nova direção da Contag tem presença da CSC

O 7º Congresso da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) foi realizado de 30 de março a 3 de abril, em Brasília. Com a presença de 1.600 delegados, o Congresso elegeu a nova diretoria da entidade e uma plataforma de resistência ao neoliberalismo e oposição a Fernando Henrique Cardoso.

O novo presidente da entidade é Manoel dos Santos, o Manoel da Serra. Presidente da Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco), Manoel encabeçou uma chapa ampla, composta por militantes do PT, PSB, PDT, PCdoB e integrantes da Corrente Sindical Classista, que in-



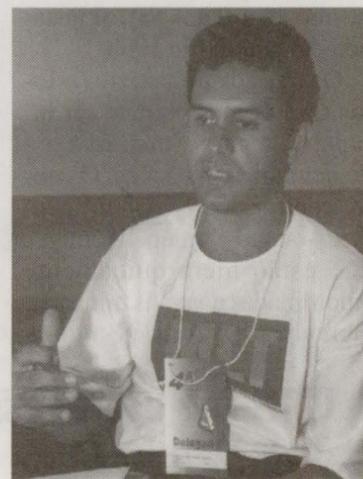
Bancada baiana no 7º Congresso da Contag

dicou Aguinaldo Meira como secretário geral da Contag. Outros três membros da CSC também fazem parte da diretoria, que foi eleita com 66% dos votos, contra 34% da chapa 2.

Aguinaldo Meira, que tam-

bém participou da plenária da CSC, em Guarapari, é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juazeiro e diretor da Fetag/Bahia. A delegação baiana foi a maior no congresso da Contag. Segundo ele, a nova direção da Contag vai fortalecer os laços entre o sindicalismo rural e urbano, na luta contra o desemprego e por uma ampla e massiva reforma agrária. "O contrato temporário de trabalho atinge em cheio os assalariados rurais, principalmente os jovens e as mulheres", afirma Aguinaldo.

Desde que se criou a Contag vive um processo de renovação que se reflete nos vá-



Aguinaldo: presença jovem

rios jovens que compõem a nova diretoria. Essa juventude forma boa parte de contingente de assalariados rurais e trabalhadores sem terra que participam das ocupações. Aguinaldo é um exemplo. Com 27 anos, é o trabalhador mais jovem a fazer parte da diretoria da Contag. Ele é também um dos coordenadores do MLT (Movimento de Luta pela Terra, da Bahia). A Contag conta com cerca de 9 milhões de filiados e é a maior organização sindical de trabalhadores rurais do Ocidente.



Manoel Serra, Aguinaldo, Fátima e Edson Pimenta

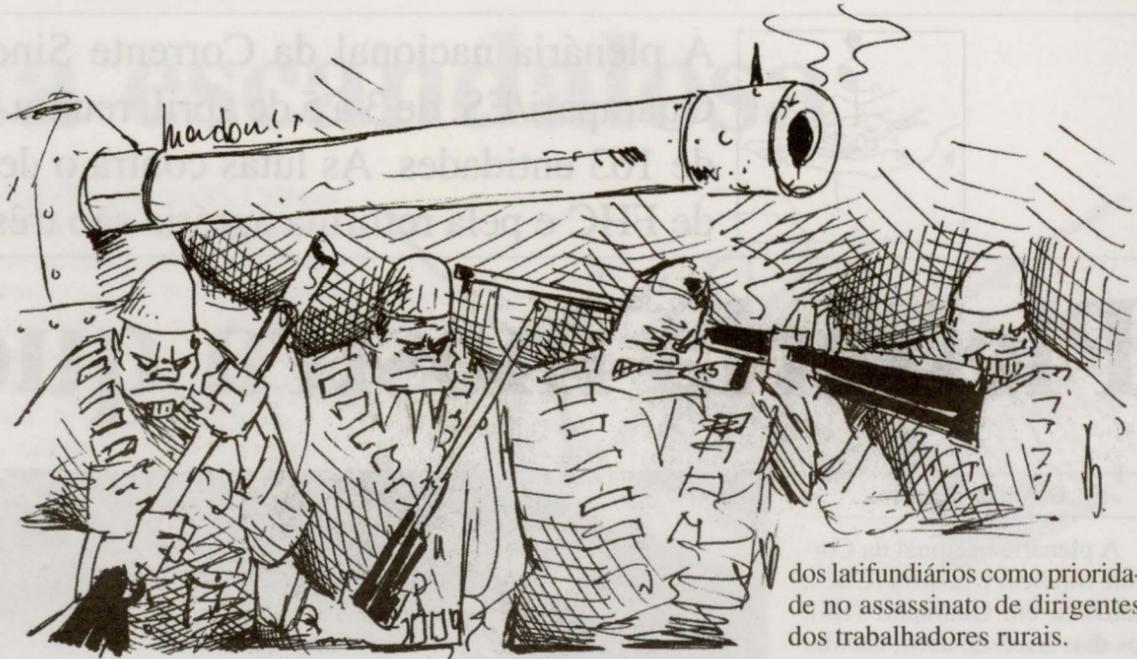
# Guerra no campo

Para combater a luta pela reforma agrária, o governo adota a postura de repressão, desqualificação e criminalização dos movimentos sociais. Em junho de 1997, editou o decreto 2.250/97, que proíbe vistoria em áreas ocupadas, anulando, na prática, a medida provisória 1.577/97, que agilizaria o processo administrativo de desapropriação. O governo substituiu a política de desapropriação por programas de compra de terras, com o apoio do Banco Mundial, e descentralizou e desconcentrou as ações, dificultando a reforma agrária. A Polícia Federal está monitorando, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr), todas as ações dos trabalhadores sem terra para evitar novas invasões de terra e de prédios públicos. "Os que são matrizes da violência terão de nossa parte o enfrentamento e não a mesa de negociação", vociferou o presidente do Incra, Milton Seligman.

## Vítimas são punidas

O exemplo federal é seguido pelos Estados: a Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul anunciou no início de abril que 42 pessoas foram indiciadas pela Polícia Civil sob acusação de diversos delitos praticados durante a invasão de três fazendas no mês passado. No dia 5 de abril, na região de Abelardo Luz, em Santa Catarina, foi assassinado o integrante do Movimento dos Sem Terra (MST), Sadi Padilha. Outros dois líderes do MST estão marcados para morrer pelas milícias armadas de fazendeiros, ao preço de R\$ 300,00 cada vida. Porém o comandante do 2º Batalhão da PM de Chapecó, tenente-coronel Sérgio Wallner, preferiu emitir nota oficial alertando que o MST está usando o crime "para se promover e fortalecer o movimento em Santa Catarina".

Essa prática das autoridades



dos latifundiários como prioridade no assassinato de dirigentes dos trabalhadores rurais.

des incentiva os latifundiários a montarem milícias armadas, ao arrepio da lei mas com a conivência dos poderes públicos. Em janeiro deste ano foi fundada a Associação Nacional de Produtores Rurais (Anpru). Ela promete inaugurar um sistema de segurança por meio do qual os fazendeiros requisitam milícias particulares por telefone.

## Crimes nos anos 90

O ano de 1996 teve o maior número de trabalhadores rurais mortos em conflitos de terra na década de 90, e em 98 já foram

22 assassinatos de trabalhadores rurais. Segundo o MST, conflitos agrários mataram 1.416 trabalhadores rurais sem terra e cerca de 20 advogados militantes em 16 anos (1980 a 1996). Desde a restauração do regime democrático, em 85, houve 4.866 conflitos de terra e 976 assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, religiosos e profissionais ligados à luta pela terra. Já o ministro Raul Jungmann, da Política Fundiária, divulgou uma lista com os nomes de 46 líderes do MST que receberam terra e crédito da reforma agrária. Um crime: a lista pode ser utilizada pelas milícias

## Latifúndio impune

O maior foco de impunidade no campo está concentrado no Pará. De 1985 até hoje, 225 pessoas foram mortas em disputas de terra no Estado. Até o ano passado, a Justiça havia decretado a prisão de apenas um mandante, que está foragido até hoje. Nos últimos 13 anos, apenas cinco casos resultaram em julgamentos, com a condenação de dois intermediários na encomenda das mortes e de três assassinos, entre eles um ex-policia militar, que também está foragido. O levantamento foi preparado pela Comissão Pastoral da Terra.



Vítimas do massacre de Eldorado do Carajás

# Indenização à família Canuto

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, sugeriu ao governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), o pagamento de indenização à família do sindicalista rural João Canuto, assassinado em dezembro de 1985.

O caso foi denunciado à Organização dos Estados Americanos em 1994 pela Comissão Pastoral da Terra e por duas entidades internacionais de defesa dos direitos humanos - a Human Rights Watch Americas e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional.

"O Estado deve assumir sua responsabilidade apenas nos casos em que a ação ou omissão de seus agentes resultou na morte dessas pessoas", afirmou Gregori.

Canuto era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (sudeste do Pará). Seus filhos, Paulo e José Canuto, também foram mortos por pistoleiros no início da década de 90. Todos eram militantes do PCdoB.

Sua filha, Luzia Canuto, preside o Comitê Rio Maria, criado após a morte do sindicalista Expedito Ribeiro de Sousa, também militante do PCdoB. O comitê foi criado para apurar assassinatos no campo.

Ela denunciou à OEA que está ameaçada de morte. Professora da prefeitura de Rio Maria, Luzia afirma que foi transferida para trabalhar em uma área controlada por pistoleiros.



A viúva Geraldina segura a foto de João Canuto

# Protestos dia 17

No próximo dia 17 devem ser realizados vários protestos no país para cobrar a punição dos 153 policiais envolvidos na morte de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás (sudeste do Pará), em abril de 1996. Nenhum dos acusados pela chacina está preso, e o julgamento não tem data marcada. Além disso, dez PMs acusados da chacina participaram ilegalmente do despejo que culminou na morte de dois líderes do MST em Parauapebas (PA), no último dia 26. No caso de Parauapebas, a Justiça decretou a prisão de 11 fazendeiros e funcionários acusados do crime. Ape-

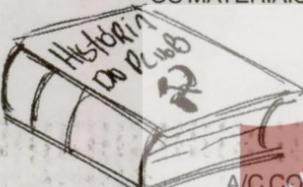
nas um dos fazendeiros se apresentou à polícia, e determinou as condições sob as quais acatará a determinação judicial.

Mas a impunidade não é um privilégio de latifundiários paraenses. Em Roraima, as investigações governamentais acabaram por responsabilizar as vítimas da chacina de Corumbiara, ocorrida em agosto de 1995. Nenhum policial, latifundiário ou jagunço foi preso ou indiciado. Mas três dos trabalhadores rurais sem terras mortos na chacina (nunca foi apurado o total de mortos em Corumbiara) foram acusados de promover o massacre!

**HISTÓRIA COMUNISTA**  
**O PCdoB QUER CONTAR A HISTÓRIA DE SEUS 76 ANOS**

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL ESTÁ COMEÇANDO UM ESFORÇO PARA CONTAR SUA PRÓPRIA HISTÓRIA. PRECISA, PARA ISSO, DA AJUDA DE CADA UM DE SEUS MILITANTES E AMIGOS QUE TENHAM DEPOIMENTOS, DOCUMENTOS OU IMAGENS (FOTOGRAFICAS E EM VÍDEO) QUE REGISTRARAM MOMENTOS IMPORTANTES DESTA LONGA TRAJETÓRIA. E PEDE QUE SEJAM CEDIDOS PARA A COMISSÃO ENCARREGADA DE REDIGIR A HISTÓRIA DO PC DO BRASIL.

CADA REGISTRO, CADA DOCUMENTO, CADA FOTOGRAFIA SÃO IMPORTANTES.  
OS MATERIAIS DEVEM SER ENVIADOS PARA OS MEMBROS DA COMISSÃO:



JOSÉ CARLOS RUY  
MADALENA GUASCO  
AUGUSTO BUONICORE

AV/COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL  
RUA MAJOR DIOGO, 834  
SÃO PAULO, CEP: 01324-000  
TEL: (11) 232-6222



**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Aurício Grabois



A plenária nacional da Corrente Sindical Classista, realizada em Guarapari/ES, de 3 a 5 de abril, reuniu 407 delegados representantes de 163 entidades. As lutas contra o desemprego, contra a reeleição de FHC e pela reforma agrária são três questões essenciais

# Plenária mostra que CSC cresce

Guiomar Prates

A plenária nacional da Corrente Sindical Classista (CSC), realizada em Guarapari (ES), nos dias 3 a 5 de abril, decidiu que a luta contra o desemprego é a principal campanha a ser desenvolvida pelos trabalhadores, ao lado da participação ativa no processo eleitoral desse ano, contra a reeleição de FHC. Outro ponto essencial é a defesa da reforma agrária.

Entre as principais reivindicações está a redução de 4 horas nas jornadas de trabalho, sem redução de salários. Trata-se de um ajuste à proposta de redução da jornada para 40 horas semanais. Essa decisão foi tomada a partir da avaliação de que essa bandeira, defendida pela CUT e pela CSC, encontra dificuldade porque as categorias mais mobilizadas já conquistaram uma jornada inferior às 44 horas semanais. A defesa da redução de 4 horas em todas as jornadas amplia a luta para todas as categorias e pode gerar 4 milhões de novos postos de trabalho.

Além das medidas que visam criar novos empregos, a CSC está propondo a ampliação do seguro desemprego para um ano. Quer também o aumento do seu valor. Tendo o salário mínimo como piso, o segurado deve receber, pelo menos, 70% do salário pelo qual estava contratado antes da demissão, com o teto de dez salários mínimos.

A plenária propôs também que os desempregados devem ficar isentos do pagamento de tarifas públicas e prestação da casa própria.

Sobre as eleições, a resolução diz que a CSC deve participar ativamente do processo eleitoral, apoiando a candidatura de



Os delegados decidiram: luta contra o desemprego, a principal campanha

Luís Inácio Lula da Silva e candidatos progressistas a governadores, senadores, deputados federais e estaduais. "A mudança da correlação de forças no parlamento, atualmente com maioria de FHC, é uma conquista fundamental para deter a política neoliberal", diz a nota.

## Unicidade sindical

A CSC vai continuar defendendo a unicidade como questão política importante para este momento, em que o governo e as forças conservadoras se encontram na ofensiva. "Garantindo a unicidade é possível avançar na construção dos sindicatos por ramo de atividade, como já está sendo realizado em alguns setores", defende João Batista Lemos, da coordenação nacional da CSC. Ele critica a proposta apresentada pelo governo de alteração da organização sindical. "É uma proposta de destruição completa das regras existentes de relações de trabalho". Pela proposta do go-

verno, todas as convenções e acordos coletivos existentes só valerão por mais 12 meses. Após este período, as conquistas inseridas nestes contratos coletivos de trabalho não terão mais validade. A negociação sindical sem as cláusulas pré-existentes começará do zero. Por outro lado, acabará a arbitragem compulsória do poder público quando os patrões não quiserem negociar.

O governo quer o fim da unicidade sindical, possibilitando a criação dos sindicatos por empresa. Ao mesmo tempo, impossibilita o custeio dos sindicatos por todos os trabalhadores da base, numa tentativa de sufocar financeiramente as entidades. "Será o maior retrocesso social da história do país. É o caminho para o fim de todas as leis trabalhistas, estabelecendo a desregulamentação completa das relações de trabalho", denuncia o documento aprovado na plenária.

Levando em conta a atual correlação de forças, diz o do-

cumento aprovado, "a mudança necessária e possível neste momento é a construção do sindicato unitário por ramo de atividade, que alargue a atual representação para além dos limites das categorias existentes e alcance os terceirizados, principalmente nas categorias expostas à reestruturação produtiva, ameaçadas pela redução numérica e a fragmentação. Enraizar os sindicatos através das organizações por local de trabalho. Estimular as fusões de sindicatos procurando unificar os trabalhadores e reforçar as entidades". A CSC vai trabalhar por uma ampla unidade dentro e fora da CUT, em defesa da organização sindical e pelos direitos trabalhistas.

Para tomar as decisões re-

lativas ao encaminhamento dos sindicatos por ramo de atividade, a CSC deverá realizar uma plenária extraordinária no mês de junho. Mas algumas iniciativas já estão sendo tomadas. Durante o encontro de Guarapari foram realizadas reuniões por ramo de atividade. Essas reuniões elegeram coordenações que vão encaminhar a discussão desses temas.

Reuniões em grupo debateram temas a juventude trabalhadora, questões de gênero e raça. Houve também uma reunião de advogados da CSC.

A plenária contou com 407 delegados, representantes de 163 entidades. Destes, 110 eram mulheres, o que corresponde a um percentual de pouco mais de 27%.

Segundo avaliação de João Batista Lemos, essa plenária refletiu o crescimento da Corrente e também a disposição de luta dos trabalhadores.

No último dia do encontro foi aprovado um plano de lutas e um agenda que dão encaminhamento prático às decisões da plenária. (veja box)

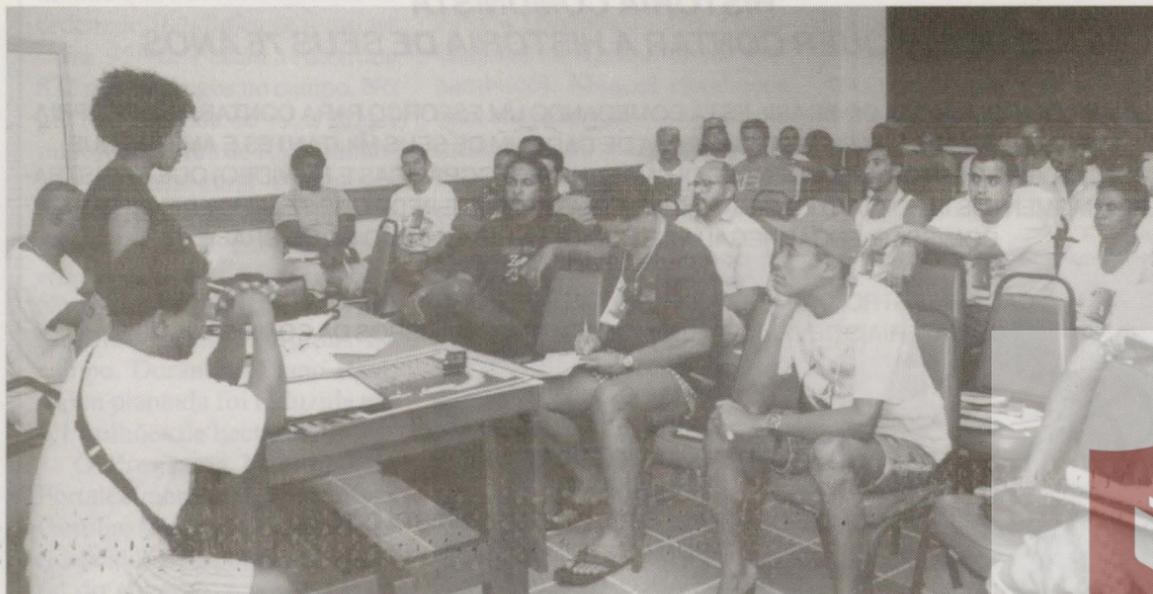
A plenária foi encerrada com uma homenagem a três sindicalistas que faleceram recentemente: Doza, que foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria e presidente do PCdoB em Rio Maria/PA; Luis Carlos Felipe, que foi diretor do Sintaema (SP); e Cosme, dirigente do MLT (Movimento de Luta pela Terra), assassinado em um acampamento em Arembepe(BA),

## Plano de lutas e agenda

- organizar os comitês de luta contra o desemprego, nos sindicatos, bairros etc, cadastrando os desempregados e organizando-os para lutar pelo aumento no valor e tempo do seguro desemprego, isenção de taxas públicas etc).
- participar ativamente do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, organizando os fóruns nos Estados.
- Lutar em defesa da Previdência pública, com paralisação de uma hora quando da votação da reforma.
- Lutar contra a privatização do seguro desemprego.
- Lutar contra o contrato temporário de trabalho.
- 1º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores: realizar manifestações nas principais cidades brasileiras. O ato referência será em São Paulo, com a presença das principais lideranças das entidades que compõem o Fórum Nacional de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania. Lançamento Nacional pelo Emprego e Direitos Sociais.
- 13 de Maio – Acampamento do Movimento Negro, em Brasília.
- 18 de Maio – Chegada da Caravana da Moradia, em Brasília.
- 20 de Maio – Manifestação pelo emprego, com marcha sobre Brasília, manifestações pelo emprego nas embaixadas brasileiras de diversos países.



CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



Os grupos analisaram o temário da Plenária



A manifestação por paz, emprego e educação, realizada pela UNE e pela Ubes nos dias 1º e 2 de abril sacudiu as principais capitais brasileiras, reunindo em passeatas e atos. Mais de 100 mil estudantes secundaristas e universitários participaram dos protestos

# Paz, emprego e educação

Fábio Palácio

Com muita alegria, irreverência e indignação, os estudantes voltaram a tomar as ruas de todo o país, dispostos a enfrentar os novos desafios do ano de 98.

No primeiro dia de mobilização, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Manaus, Goiânia e São Luís protestaram contra as políticas de desemprego e destruição deliberada do ensino público, implementadas por FHC e, em maior ou menor grau, por seus aliados nos estados.

No dia seguinte foi a vez de São Paulo. Cerca de cinco mil estudantes concentraram-se no MASP (Museu de arte de São Paulo), onde realizaram ato que contou com a presença de diversas personalidades. O deputado estadual Jamil Murad saudou a energia da juventude e criticou os descaminhos da educação no estado de São Paulo, "onde existem salas de aula com 150 alunos". Gilmar Mauro, dirigente do MST, foi muito aplaudido ao afirmar que "os camponeses sem-terra querem sair às ruas de mãos dadas com os estudantes para derrotar FHC".

Do MASP, os estudantes saíram em passeata até a Praça da República, endereço da Secretaria de Estado da Educa-



Em São Paulo, ato reuniu 5 mil manifestantes em frente ao MASP

ção. Com palavras de ordem a um só tempo divertidas e contundentes, os estudantes prometiam "fazer o possível para tirar o sono" da secretária de educação Rose Neubauer, que, diante dos discursos indignados, se quer ousou dar as caras.

À frente da manifestação, um caixão simbolizava a falência da política educacional do governo Covas, responsável pela falta de vagas e pela má qualidade do ensino. "Covas vem fazendo o que quer FHC", afirma Anderson Marques, presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE/SP), para emendar em seguida: "Essa mobilização é fundamental porque aqui lançamos a campanha 'Quero estudar, FHC e Covas não querem deixar'".

Anderson cita ainda - como elementos que atestam a afinidade das políticas de FHC e Covas - o corte de verbas do Crédito Educativo (Creduc) federal e sua tardia regulamentação estadual, além do problema generalizado da falta de professores. "Só na USP há um déficit de 1500 professores", diz.

Mas os problemas da universidade brasileira não param por aí. Peças fundamentais para o desenvolvimento do sistema nacional de ciência e tecnologia, as universidades vêm sofrendo com os crescentes cortes de bolsas, tanto de iniciação científica quanto de pós-graduação. A comunidade acadêmica acompanha com preocupação o retrocesso que se instala no setor, provocando o êxodo de ci-

entistas para outras atividades ou para outros países. A política de anti-planejamento do Governo vai, dessa forma, minando qualquer possibilidade de desenvolvimento sócio-econômico sustentável no país.

Como os universitários, os secundaristas também têm motivos de sobra para reclamar. As escolas técnicas são hoje progressivamente levadas ao esquecimento, fato intimamente relacionado com a precarização do emprego. Além disso, há falta de professores e de vagas. Dois milhões de jovens estão fora da escola em todo o país. Para os que não estão, ainda há o problema da qualidade do ensino. Em São Paulo, o fim do CEFAM (Curso de Incentivo à Formação e Aperfeiçoamento do Ma-

gistério) impactará diretamente o conteúdo e a qualidade das aulas ministradas.

"Manifestação é todo mundo junto. Só assim podemos mudar alguma coisa. A dispersão não dá em nada, só a união", afirmam Ângela, Eliana, Luciana e Fernanda, alunas do colégio Brasília Machado, na zona leste de São Paulo. "Podem achar babaquice, mas essa é a única forma de nos manifestarmos", concluem.

Para Juana Nunes, presidenta da Ubes, as mobilizações dos estudantes colocam a luta política em um novo patamar. "Mostramos que quanto mais radicalizarmos na consciência e nas mobilizações mais poderemos ter condições de reverter a situação de nosso país".

Opinião semelhante é partilhada pela UNE, que vê as mobilizações como uma grande vitória. Ricardo Capelli, presidente da entidade, desabafa: "Poucos acreditavam que conseguiríamos, nesses tempos de suposta unanimidade neoliberal, mobilizar várias cidades em dois dias concentrados. Sentimos que o país começa a acordar, apesar do sentimento de paralisia incutido pela imprensa, que já pauta a eleição de 2002, dando a disputa de 98 como fato consumado. O desafio do ano é colocar o bloco na rua, contra a poderosa máquina da reeleição".

## Desmascarar as mentiras de FHC

Um debate sobre conjuntura nacional, entre o deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB/MG) e o secretário-geral da CUT, João Vaccari Neto, abriu a plenária nacional da CSC e mostrou os enormes desafios que precisam ser enfrentados para que o movimento sindical saia da defensiva e passe a uma situação de resistência ativa. Para o deputado Sérgio Miranda, superar essa situação depende da luta mas, ao lado disso, "da reflexão e preparação das grandes batalhas".

Segundo ele, a maior dificuldade está em compreender, em cada situação concreta, como se manifesta o pensamento "único" neoliberal. "A política é uma questão de idéias e FHC vem trabalhando com algumas idéias força, que acabam sendo mistificadas", afirma. Entre elas está a idéia da globalização como um processo inevitável, onde só resta ao Brasil aderir incondicionalmente. Daí decorreria a necessária estabilidade,



Sérgio Miranda: "nunca houve governo tão corrupto"

que permitiria ao país se relacionar com a globalidade.

Outra idéia é de que ele próprio, FHC, é um honesto, forte, que faz um governo sério.

Sérgio mostrou que nenhuma dessas idéias corresponde à realidade. "A globalização, da forma como é apresentada, não passa de pura ideologia. Para o capital não há fronteiras, mas para os trabalhadores, sim. A

globalização funciona sob o domínio da elite financeira".

Outro aspecto: Sérgio afirma que o Brasil não tem estabilidade. "O que há é inflação baixa, mas o país vive uma grande instabilidade econômica, basta ver a vulnerabilidade a que o país foi submetido com a crise asiática".

Quanto a ser honesto, nada mais falso. "Nunca houve um

governo tão corrupto quanto este. A corrupção é legalizada, institucionalizada. Ou então, como um sujeito como o Sérgio Naya poderia ter construído um patrimônio de 500 milhões? Hoje, as tais agências reguladoras (do setor energético, das telecomunicações etc) controlam a política. Elas são dominadas por ACM, Sérgio Motta e outras figuras, num claro sinal de favorecimento".

Seguindo a linha demarcada por Ricúpero, do famoso 'o que é bom a gente mostra, o que é ruim a gente esconde', FHC não diz que o Brasil tem hoje um Estado Monetário. "O custo financeiro se sobrepõe a todos os outros setores. O Estado nunca arrecadou tanto como hoje e, no entanto, esse dinheiro não é aplicado nas áreas sociais".

Não podendo mais esconder o desemprego, o governo procura mostrar o problema como consequência das novas tecnologias e de um mercado de trabalho rígido, com leis antiquadas, que penalizam o empregado. "O desen-

prego é consequência do modelo econômico, com baixas taxas de crescimento, que penaliza financeiramente as empresas através dos juros altos e rebaixa o custo da mão-de-obra. Para combater o desemprego é preciso mudar a política econômica".

Desmitificar essas idéias com as quais FHC se apresenta à sociedade é um dos passos importantes para derrotá-lo. Para Sérgio Miranda, essa discussão tem que se refletir também no terreno da política, principalmente no processo eleitoral de outubro, do qual o movimento sindical não pode se ausentar.

Para o vice-presidente da CUT, João Vaccari, há outro mito que precisa ser desmascarado. O de que "se a situação é difícil com a política neoliberal, seria muito pior sem ela", conforme afirmou recentemente um diretor do FMI (Fundo Monetário Internacional). "Precisamos combater a visão equivocada de que nada do que é público presta e tudo que é privado é bom".

Por Edvar Luiz Bonotto

O que aconteceu em Roraima?

**Aziz Ab'Saber:**

Aconteceu uma tragédia incontornável, relacionada aos espaços ecológicos. Em um período de seca extrema, devido às interferências de El Niño e em função das práticas das queimadas, houve uma rápida extensão de incêndios nos campos de Boa Vista, lavrado, e nas florestas circunvizinhas do Oeste do Estado. O incêndio chegou a ameaçar setores da reserva indígena dos Yanomamis. Somente 2 meses depois do início dos incêndios é que chegaram chuvas capazes de apagar o fogo e assentar. Os assustados índios da proximidade da área incendiada apelaram para seus valores culturais arcaicos, convidando pajés para o ritual de chamamento das chuvas. Dessa forma, simbolicamente, o fim do século e do milênio na Amazônia foi marcado por um episódio paradoxal, em que os valores das culturas primárias tentaram corrigir o ritmo da natureza, enquanto as tecnologias modernas nem bem chegaram a ser ativadas de modo racional e inteligente. Eu fui a Roraima a convite do Instituto da Cidadania, que é o escritório do Lula em São Paulo, porque se eu esperasse que o governo FHC me convidasse esperaria o resto da vida. Fazem 4 meses que a seca vem se prolongando na região de Roraima. Os últimos 2 meses foram de queimadas e incêndios.

Quais as consequências dessa tragédia?

**Ab'Saber:** Os grandes incêndios têm implicações na estrutura agrária regional, como o aviltamento do preço das terras dos colonos e assentados, concentração de terras e expansão de pastagens, para não falar em nova abertura em favor dos garimpos. Os incêndios que afetaram Roraima criaram um agigantado 'macro-domo' de fumaça, que dificultou a navegação aérea.

A responsabilidade é de quem?

**Ab'Saber:** As queimadas envolvem um conceito cultural. Os camponeses limpam seu espaço de agricultura para depois plantar. Eles não têm recursos para fazer outro tipo de trabalho, para tirar a mata que cresceu. Nem têm recursos, insumos, defensivos, implementos. Os grandes proprietários também queimam, e nós vimos, entre Mucajaí e Caracaráí, uma enorme área de uma propriedade grande que estava com árvores derrubadas, esperando para queimar. Quero culpar em primeiro lugar a seca. Os rios

do lavrado estavam secos. O rio Branco, que tem 1.400 metros de largura, estava reduzido a 200m, e os rios menores, afluentes, que têm galerias com buritizais, em muitos lugares estavam secos. Só no Nordeste brasileiro acontece isso. Em segundo lugar, a técnica da queimada como uma estratégia plantio e para criação de gado. O que não se pode é imputar ao índio qualquer responsabilidade, como algumas versões davam conta.

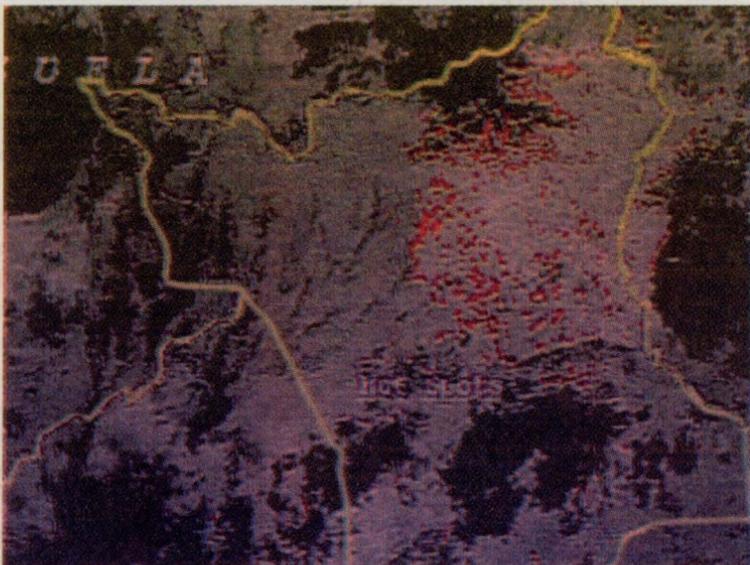
O que o senhor observou a respeito dos assentamentos?

**Ab'Saber:** Nós procuramos saber quantas colônias empíricas existiam na região: ao todo 57. Foi uma surpresa para mim, pois já havia estado lá há alguns anos e não tinha tantas colônias. Houve uma propaganda de que os governos federal e estadual estavam dando terras e muita gente foi para lá. Como o fogo atingiu o lavrado?

**Ab'Saber:** O fogo teve início na transição entre o lavrado e as primeiras matas de pontas-de-serra ou morros semi-isolados da região de Mucajaí e Caracaráí. Lavrado é o nome que se dá aos campos limpos de capins lisos que se estendem por alguns milhares de quilômetros quadrados no Centro-Nordeste de Roraima. O lavrado tem algumas penetrações pelos vales e algumas penetrações pelos morros. É mais simples o fogo sair do lavrado e entrar na mata. O lavrado tem alguns atributos ecológicos importantes: em primeiro lugar são colinas arenosas revestidas de campos limpos e cortadas por inúmeros pequenos canais de igarapés que têm florestas-galerias com muito buriti e, na sua margem, tem cajueiros nativos. Queimaram-se os campos todos e essas florestas-galerias com buri-



A tragédia do incêndio na Amazônia é analisada, nesta entrevista, pelo presidente de honra da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), Aziz Ab'Saber. O cientista denuncia a política governamental na região e a concentração fundiária. Aborda também a ameaça à soberania nacional que pode estar por trás da "ajuda internacional" na região.



Os pontos vermelhos indicam focos de fogo no dia 22 de março

tizais não queimaram. Quando parar a queimada em função das chuvas, aos poucos vai se reconstituindo o capim liso e a região vai ser recomposta. Não tem risco de desertificação.

O que ocasionou a poluição na região?

**Ab'Saber:** A demora em qualquer atitude de controle destas queimadas gerou uma "massa" de fumaça gigantesca. Essa massa tinha uma espessura fantástica: começa a 350, a 400 metros do solo e vai até 2.100 metros. Os aviões deixaram de circular na região.

Fizemos um sobrevôo sobre as áreas queimadas de Mucajaí e Caracaráí e percebemos que era difícil ver o chão. Quando nos aproximamos das matas, saíam focos de fumaça das matas que iam se acrescer à massa de fumaça. Comparei o domo de poluição metropolitana de São Paulo com o domo de fumaças de Roraima.

Qual foi a atitude do governo?

**Ab'Saber:** O governo de Roraima não pediu dinheiro para combater a seca e a queimada, mas para pagar os seus

apaniguados que fizeram uns buracos. Não entendendo os problemas que se estendiam, o governo teimou em fazer uns buracos que não funcionaram. O governador falou na televisão que o pessoal de lá deveria estar contente com o fogo, porque o fogo preparou o terreno para a agricultura, sem levar em conta todos os fatos graves que aconteceram. A demora em qualquer atendimento, em qualquer atitude de controle destas queimadas foi a marca do governo federal. O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) não teve forças para iniciar o combate ao fogo, nunca avaliou a questão do El Niño, não avaliou os problemas da seca excepcional que houve esse ano. Esta falta de conhecimentos e meios técnicos para combater fogo em florestas tropicais nos causa muita preocupação. Isso que ocorreu em Roraima pode ocorrer em qualquer periferia da Amazônia.

Como se percebe a concentração fundiária a partir do incêndio?

**Ab'Saber:** A socióloga

France Rodrigues, da Universidade Federal de Roraima, afirma que o pequeno produtor rural acaba desanimando e vendendo sua pequena propriedade. Ocorrerá em Roraima um fenômeno já estudado após as secas no Nordeste brasileiro: os grandes proprietários vêm com dinheiro e se aproveitam da gravidade da situação, gerando concentração fundiária por compra de propriedades. As consequências do fogo vão beneficiar os grandes proprietários. Eles têm uma vantagem: na hora em que os governantes – que não trabalharam para apagar o incêndio – forem ressarcir alguém dos prejuízos. Provavelmente o pequeno proprietário não vai ser muito bem ressarcido. E os grandes, por pressão política, poderão tirar até proveito do acontecimento que nem sempre atingiu a eles.

Qual avaliação que o senhor faz da ajuda internacional nesse processo?

**Ab'Saber:** O governo federal titubeou tanto em ajudar Roraima que, nesse intervalo, várias organizações e grupos de pessoas, sobretudo jornalistas, foram para lá, cada qual pensando num tipo de combate ao fogo. Os organismos internacionais já estão acostumados com uma certa corrupção dos órgãos estaduais e federais brasileiros e não atenderam de imediato às solicitações de nossos governantes. Por fim, a Organização das Nações Unidas mandou uma equipe verificar se era certo ajudar e quais as possibilidades para se dominar o fogo. Ao mesmo tempo aventou a hipótese de mandar uma legião de 'capacetes verdes' para combater o fogo. Mas não adianta mandar um bando de gente sem saber como vai se combater e com que ferramentas se deve fazer tal combate. Com que tecnologia vai se combater o fogo? É um pouco pedante tentar colocar num território, que está sofrendo um tipo de catástrofe preocupante, batalhões vindos de outros países sob o título de 'batalhões de intervenção'. Isso seria ruim para a soberania brasileira, podendo ser o começo de outros tipos de ações futuras, em outras áreas. O que a ONU deveria fazer seria obter as tecnologias do Canadá, dos Estados Unidos e outras áreas onde têm florestas, e estudar uma adaptação disso às florestas tropicais, que são diferentes. Eu também critico a ONU, que não teve a diplomacia e essa humildade humanística de ofertar um conjunto de fontes poderosas para combater o fogo. E felizmente as chuvas fortes caíram.

